

Primeiro censo dos moradores de rua da cidade de São Paulo: procedimentos metodológicos e resultados*

Silvia Maria Schor[§]
Rinaldo Artes[□]

RESUMO

O artigo apresenta os procedimentos metodológicos e os resultados do primeiro censo de moradores de rua da cidade de São Paulo, realizado no ano 2000. A coleta de dados por meio do censo requereu o desenvolvimento de uma metodologia especial porque a população em questão não tem endereço fixo, é espacialmente dispersa por toda a cidade e na maioria das vezes aparece principalmente durante a noite. Os dados relativos à distribuição espacial da população, sexo, cor e idade são apresentados levando-se em conta os moradores de rua encontrados em abrigos, estacionamentos, praças, ruas e outros espaços públicos.

Palavras-chave: moradores de rua, censo, procedimentos metodológicos.

ABSTRACT

The article presents the methodological procedures and the results of the first homeless population census of the city of São Paulo, held in 2000. The data collected through the census required the development of a peculiar methodology as the population in question has no address, is spatially spread all over the city and mostly noticed during the night. The data concerning the spatial distribution of the population, gender, color and age are presented, considering the homeless people found at shelters and at parks, streets, squares and other public spaces.

Key words: homeless, census, methodological procedures.

JEL classification: C81, R10.

* Além dos autores, a equipe de planejamento contou com a participação de Amélia Alves da Silva (geógrafa), Alair Molina (sociólogo), Felipa Gouveia (engenheira), Marisa do Espírito Santo Borin (socióloga), Rosana Estrela (socióloga) Vera Lúcia César (psicóloga). A todos, nosso reconhecimento pela competência e dedicação ao trabalho.

§ do Departamento de Economia da FEA/USP.

□ do Departamento de Estatística do IME/USP.

Recebido em abril de 2001. Aceito em agosto de 2001.

1 Apresentação

Em fevereiro de 2000 foi realizado¹ o primeiro censo de moradores de rua da cidade de São Paulo. O recenseamento deu cumprimento ao artigo 7º da Lei Municipal 12.316/97 que obriga o executivo paulistano a “*publicar anualmente no Diário Oficial do Município o censo da população de rua de modo a comparar as vagas ofertadas face às necessidades.*”² O presente artigo descreve os procedimentos metodológicos adotados para a realização do censo e apresenta os dados levantados.

A intenção do artigo é, primeiramente, divulgar os dados sobre a população moradora de rua que é, hoje, objeto de crescente atenção por parte do setor público, ONGs e pesquisadores. A apresentação dos procedimentos metodológicos, por sua vez, justifica-se diante do reduzido número de levantamentos censitários³ desta população no Brasil e, por conseguinte, à inexistência de uma tradição de pesquisa. Por outra parte, o recenseamento de uma população sem domicílio ou local de trabalho regular coloca, sem dúvida, estimulantes questões metodológicas.

O artigo encontra-se dividido em 4 partes, além desta apresentação. Inicialmente são analisadas as características da população de moradores de rua que tornam sua quantificação tão problemática. Segue-se a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados e na terceira parte são apresentados os dados censitários obtidos. Alguns comentários finais concluem o artigo.

2 Moradores de rua: definição e características

A população moradora de rua pode ser definida de forma abrangente ou de maneira restrita. Quando definida de maneira ampla, inclui as pessoas que, sem moradia, pernoitam nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação.

-
- 1 O Censo foi realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, FIPE, contratada pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo.
 - 2 O Art. 8º da regulamentação da lei 12.316 de 1997, publicada em 03 de Janeiro de 2001, redefine esta exigência: “*O Executivo deverá até o terceiro ano de gestão realizar o recenseamento da população de rua da Cidade.*”
 - 3 O primeiro censo da população de rua de Belo Horizonte foi realizado pela sua Prefeitura em 1998 (Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte, 1998). Porto Alegre (Abreu, P. B. e J. Cruz Prates, 1999) também promoveu uma contagem dos moradores de rua da cidade, antecedendo ao levantamento das condições sociais e de saúde mental desta população, também em 1998. A Secretaria da Família e Bem-Estar Social realizou, anteriormente ao levantamento censitário, três contagens dos moradores de rua paulistanos, em 1994, 1996 e 1998.

Pode compreender, também, pessoas ou famílias que, tendo perdido sua moradia por despejo, encontram-se alojadas provisoriamente em abrigos públicos, privados ou morando em domicílios de terceiros. É possível incluir, ademais, as famílias residindo em habitações precárias de qualquer espécie. No Brasil, a definição ampla incluiria, assim, não apenas os albergados e a população que pernoita nas ruas, mas também os moradores de cortiços e favelas, dada a precariedade de seus domicílios.

A definição restrita reduz os grupos a serem incluídos, mantendo apenas os albergados e as pessoas que pernoitam nas ruas das cidades, algumas vezes denominados de “núcleo duro” deste heterogêneo conjunto de condições de moradia. Esta é a definição de população de rua utilizada no primeiro censo da cidade de São Paulo e na mais recente estimativa dos moradores de rua de Paris (Marpsat, 1999); é também a referência para o trabalho desenvolvido pela Secretaria de Assistência Social da Prefeitura do Município de São Paulo em 1998. (FABES, 1998)

Pesquisas sobre moradores de rua⁴ (Vieira, 1992), na sua definição restrita, identificaram as características desta população, algumas já de amplo conhecimento público: não dispõem de domicílio nem local de trabalho conhecido; procuram as áreas da cidade em que possam encontrar trabalho, alimentos, roupas e abrigo e apenas parte dela utiliza algum tipo de serviço, público ou privado, como albergues, Casas de Convivência ou “sopões” Pernoitam em praças, avenidas, ruelas, mocós, casarões abandonados, postos de gasolina, cemitérios, carrinhos de “catação” de papelão, sob pontes e viadutos, veículos abandonados e outras formas improvisadas de dormida. Não raramente, utilizam pensões com pagamento diário, e alguns dormem, esporadicamente, em casas de parentes ou amigos. Vários trabalham à noite guardando carros, encartando jornais e em outros tantos “bicos” que a cidade oferece. Não necessariamente assumem uma aparência andrajosa podendo, portanto, ser confundidos com as pessoas que compõem o chamado estrato de baixa renda da cidade. Muitos utilizam as ruas em busca de anonimato, por problemas com a lei, por questões familiares ou por dificuldades econômicas. Embora apresentem variações locais, os moradores de rua de Tucson (Snow, 1998), Paris (Marpsat, 1999) e São Paulo (FIPE/SAS, 2000) se assemelham.

As características dos moradores de rua apontadas se traduzem em dificuldades para realização do trabalho de campo necessário para obter informações sobre sua forma de vida, estratégias de sobrevivência e, sobretudo, para quantificá-los. Não surpreendentemente, esta

4 No Brasil, já se dispõe de algumas pesquisas sobre os moradores de rua. Entre elas, “População de Rua: Quem é, como vive, como é vista” (Vieira, 1992) é uma das pioneiras, apresentando uma abrangente descrição do modo de vida desta população.

população vem sendo excluída, no Brasil e em outros países, dos censos demográficos regulares. Esta exclusão resultou em uma série de iniciativas destinadas a quantificá-la, geralmente restritas ao âmbito de certas cidades. Com muito menor frequência, foram realizadas estimativas de âmbito nacional, como, por exemplo, nos Estados Unidos em 1990.⁵

Uma relação, mesmo que não exaustiva, das questões a serem resolvidas para quantificar os moradores de rua indica o grau de complexidade da tarefa. O primeiro item desta lista é, sem dúvida, a questão da localização e identificação da população. Sem endereço ou qualquer outro ponto de permanência conhecido,⁶ a área de busca coincide com a área da cidade. Ademais, como a principal condição definidora do morador de rua - a ausência de moradia - não é observável diretamente pelo pesquisador, torna-se necessária a abordagem de todas as pessoas que, na área de busca, possam fazer parte desta população.

A segunda questão a ser levada em conta diz respeito à duração do trabalho de campo. A mobilidade da população, inclusive à noite, requer que o levantamento das informações seja realizado no menor tempo possível, com o objetivo de minimizar a dupla contagem. A extensão da área de busca e a diversidade dos locais de pernoite solicitam, contrariamente, um maior tempo de pesquisa. A qualidade dos dados obtidos depende, em grande parte, da solução encontrada para compatibilizar estas duas exigências.

O terceiro item refere-se à necessidade de realização do trabalho de campo unicamente no período noturno, como decorrência da definição restrita da população. Riscos e temores das equipes de campo, dificuldades de percepção de locais de pernoite de pouca visibilidade podem conduzir à subenumeração dos elementos da população. Como será mostrada adiante, a forma que o censo em São Paulo encontrou para minimizar estes problemas foi a inclusão nas equipes de campo de ex-moradores de rua e integrantes de instituições que atendem a esta população.

Os problemas levantados desdobram-se em questões operacionais igualmente merecedoras de cuidado na sua solução: custo do levantamento, tamanho da equipe, treinamento e proteção aos pesquisadores, coordenação das atividades de campo, manutenção de equipe de apoio ao levantamento de campo e inúmeras outras condições. Embora tais dificuldades sejam de natureza distinta daquelas colocadas pelas características da população, quando somadas a elas configuram o elenco de decisões a serem tomadas para a realização de um trabalho que, com precisão, possa dar o número de moradores de rua da cidade.

5 Primeiro Censo da População de Rua dos Estados Unidos, realizado pelo U.S. Bureau of Census.

6 Os moradores de rua albergados também não têm domicílio conhecido pois o pernoite nestes locais é temporário e dependente do número de vagas disponíveis.

3 Os procedimentos adotados no censo de moradores de rua de São Paulo

3.1 Aspectos gerais

O cumprimento do disposto na Lei Municipal 12.316/97 eliminou a possibilidade de obter a quantificação dos moradores de rua da cidade mediante pesquisa amostral. A natureza censitária do trabalho levou, por sua vez, à realização de um levantamento *point prevalence*⁷ ou seja, a quantificação da população moradora de rua da cidade em um dado momento do tempo, colhendo sua posição instantânea. Complementarmente à enumeração da população e sua distribuição espacial na cidade, decidiu-se obter, também, algumas informações demográficas: cor, idade e sexo. As informações foram todas obtidas mediante abordagem dos moradores de rua.

Três questões orientaram, desde seu início, a elaboração da metodologia do recenseamento. Estas foram formuladas tendo como referência a natureza da população alvo, o porte da cidade de São Paulo e as restrições de tempo e custo para realização do censo. No seu conjunto, expressavam as dificuldades metodológicas mais relevantes a serem resolvidas:

Otimizar o processo de localização da população, minimizando o tempo de busca;

Minimizar as possibilidades de dupla contagem ou subenumeração;

Definir critérios operacionais para identificação e abordagem da população.

A tradução dos objetivos a serem alcançados em procedimentos para o trabalho de campo foi iniciada dividindo-se a população em dois subconjuntos: a) moradores de rua pernoitando em albergues e b) pernoitando nos logradouros da cidade. Isto porque, sabia-se de antemão⁸ (Wright, 1998) que as condições para localizar, abordar e entrevistar os moradores de rua

7 Os levantamentos do tipo *point prevalence* fornecem uma posição da população em um dado instante. Os levantamentos *period prevalence*, diferentemente, obtêm o número de moradores de rua em um dado intervalo de tempo, quantificando, por exemplo, o total de moradores de rua que a cidade de São Paulo abriga durante um ano. São incluídos, desta forma, todos os que durante este intervalo de tempo deixam as ruas ou que nelas passam a pernoitar nos doze meses de duração do levantamento. As quantificações obtidas mediante levantamentos *period prevalence*, por resultarem em números quase sempre superiores aos dos levantamentos *point prevalence*, são uma das muitas fontes de divergência entre as estimativas do tamanho de uma mesma população de moradores de rua.

8 As contagens de moradores de rua realizadas pela Secretaria da Família e Bem-Estar Social em 1994, 1996 e 1998, assim como informações obtidas em instituições que trabalham com esta população deixaram claras as diferenças entre os dois subconjuntos. A mesma conclusão é sustentada por pesquisadores americanos.

são significativamente diferentes nos albergues e nos logradouros da cidade. Desta forma, deveriam ser definidos procedimentos diferentes para cada um deles.

3.2 Os procedimentos para o recenseamento nos logradouros da cidade

Divisão da área da cidade em 9 distritos censitários

A área urbana da cidade de São Paulo é de aproximadamente 1.500 km², dividida em 96 distritos municipais. Abriga uma população de quase 10 milhões de habitantes e sua área não urbanizada é bastante reduzida. Dado o porte da cidade, o primeiro procedimento adotado foi dividi-la em distritos censitários⁹ que facilitassem o planejamento do trabalho de campo.

O critério para divisão da cidade em distritos censitários foi duplo. Seria desejável, em primeiro lugar, que os limites destas subáreas dificultassem a mobilidade de moradores de rua entre elas, minimizando a possibilidade de dupla contagem e subenumeração. Procurou-se, desta forma, encontrar limites físicos que dificultassem a circulação dos moradores de rua: rios, vias expressas ou grandes áreas vazias. Em segundo lugar, e também com o objetivo de minimizar a dupla contagem e a subenumeração, cada um dos distritos censitários deveria ser recenseado em uma única noite.

Foram definidos 9 distritos censitários como resultado da avaliação das características naturais e urbanas da cidade, associadas às informações sobre a distribuição da população pelos 96 distritos municipais, sua mobilidade diurna e noturna, hábitos relativos à demanda de serviços a eles ofertados e outros dados complementares. Foram preservados os limites dos distritos municipais que, agregados, compuseram os distritos censitários.

As informações sobre mobilidade, pontos de concentração e hábitos dos moradores de rua foram, em grande parte, fornecidas pelas instituições que trabalham com esta população - ONGs, instituições religiosas evangélicas e católicas. Transmitidas oralmente, estas informações constituíram, dado o reduzido número de trabalhos, a fonte de dados disponível mais atualizada, completa e relevante sobre esta população. Igualmente importantes foram os relatos e informações fornecidos pelos técnicos da Secretaria de Assistência Social do Município, SAS.

9 Não guardam nenhuma relação com os distritos censitários do IBGE.

A relação dos distritos municipais que compõem cada um dos distritos censitários encontra-se no Anexo I.

Definição das áreas de busca

Dividida a cidade em distritos censitários, pode-se examinar, para cada um deles, as subáreas em que se esperava a presença de moradores de rua. Isto porque a literatura existente, informações dos técnicos da SAS e instituições que auxiliavam o planejamento do censo confirmavam a existência de pontos de atração para a população que, desta forma, não se distribuía aleatoriamente pela cidade.

Aceita a hipótese da não aleatoriedade da distribuição da população, foram localizados espacialmente, em cada distrito, todos os elementos apontados como sendo possíveis pontos de atração: áreas comerciais, grandes avenidas, viadutos, praças, estações de metrô, terminais rodoviários, depósitos de sucata e papelão, mercados municipais, construções abandonadas, cemitérios, prontos socorros públicos, igrejas, albergues, casas de convivência. O mapeamento foi completado com os endereços dos pontos de pernoite identificados pela SAS em 1998 e pelas chamadas da Operação Inverno de 1999.

Em cada distrito censitário foram definidas as áreas a serem percorridas, que incluíam todos os pólos de atração, todos os pontos onde haviam sido encontrados moradores de rua, todas as grandes avenidas e seus corredores de acesso.

Definição dos trajetos e roteiros

Os distritos censitários foram divididos em 81 setores censitários que, por definição, correspondiam à área a ser percorrida por uma equipe em uma única noite, constituindo, assim, a unidade de execução do trabalho de campo.

Em cada setor censitário foi definido o percurso a ser seguido pelos recenseadores, denominado roteiro, indicando a seqüência de quadras a serem percorridas. Os roteiros foram marcados nas respectivas páginas do Mapa Oficial da Cidade (MOC), evitando eventual dupla contagem ou subenumeração decorrente da atuação simultânea das equipes de campo. Nestes roteiros estavam apontados o entorno da área sob responsabilidade de cada equipe de campo, as ruas que necessariamente deveriam ser percorridas e pontos de pernoite previamente identificados. As equipes de recenseadores receberam instruções para coletar informações, entre os próprios moradores de rua ou outras pessoas presentes nas áreas a serem percorridas, a respeito da existência de outros locais que, eventualmente, poderiam abrigar moradores de

rua. Estes possíveis novos pontos eram também verificados pela própria equipe de campo que obtivera a informação ou pela equipe responsável pela área onde se localizava.

Os tipos de percursos

A densidade dos pontos de atração e locais onde havia registro da presença de moradores de rua levou a três diferentes tipos de percursos. Nos setores censitários com alta densidade de pólos de atração e registro da presença de moradores de rua, as equipes de campo percorriam inteiramente a pé as áreas de busca: Sé e República, entre outros distritos municipais, foram assim recenseados.

Os setores que apresentavam extensas áreas de busca, com elevada dispersão dos pontos de atração, eram percorridos com o auxílio de veículos. Os veículos cobriam as distâncias entre as áreas de busca que eram sempre percorridas a pé. Em Parelheiros, por exemplo, foi utilizado este tipo de percurso. Finalmente, houve distritos em que algumas equipes de campo contaram com o auxílio de veículos e as demais realizavam os percursos inteiramente a pé, como aconteceu na Lapa. Esta combinação atendia à existência de áreas com alta densidade de pólos de atração e registro de moradores de rua, seguidas de extensões relativamente vazias.

A diferenciação dos tipos de percurso por densidade de pontos de atração otimizou o tempo do trabalho de campo e uso dos recursos, colaborando, desta forma, para a minimização da dupla contagem ou subenumeração.

O recenseamento nos cemitérios

A impossibilidade de recensear os cemitérios no período noturno exigiu um conjunto de atividades particulares. Foi realizada, inicialmente, uma fase exploratória abrangendo todos os cemitérios da cidade. Nesta etapa, mediante entrevistas com seus administradores, vizinhança e inspeção do próprio local, foram excluídos aqueles onde não havia nenhum registro, evidência ou menção quanto à presença de moradores de rua.

Identificados os cemitérios a serem recenseados, equipes de campo foram colocadas, antes da abertura dos portões, nas saídas e outros possíveis locais de acesso como, por exemplo, muros caídos, e os moradores de rua que saíam foram abordados. Os cemitérios foram incluídos como parte da área a ser percorrida pelas equipes de campo e foram recenseados na mesma noite e madrugada do distrito censitário ao qual pertenciam.

3.3 Os procedimentos para o recenseamento nos albergues da cidade

O recenseamento dos moradores de rua nos albergues envolveu um menor número de procedimentos de trabalho, dada a menor dificuldade de localização e identificação da população.

Inicialmente foram arrolados todos os albergues estaduais e conveniados com a prefeitura da cidade. Procurou-se identificar, também, os locais de abrigo noturno que entidades religiosas ou instituições privadas colocam à disposição dos moradores de rua.

A contagem dos moradores de rua albergados foi realizada na mesma noite do recenseamento do distrito censitário onde se localizavam. As equipes de entrevistadores, com a anuência da administração, permaneciam nos albergues desde a abertura até o horário em que terminava a admissão para pernoite.

3.4 Procedimentos complementares

Seleção dos recenseadores e constituição das equipes de campo

A seleção dos entrevistadores deu-se em três etapas. A primeira delas compreendeu o período de inscrição dos candidatos que deveriam atender a duas condições: estar cursando ou ter concluído curso universitário em Ciências Sociais, Psicologia, Educação, Serviço Social, História, Geografia ou áreas afins e ter experiência em levantamento de campo em pesquisas na área social. Candidatos que já haviam trabalhado ou estavam trabalhando com a população moradora de rua eram particularmente bem-vindos.

A segunda etapa consistiu da seleção dos currículos apresentados na inscrição. Foram selecionados 130 currículos dentre as quase 250 inscrições e realizadas reuniões em grupos com, no máximo, 10 candidatos. As reuniões tinham por objetivo estabelecer contato pessoal com os inscritos, ouvir o relato da experiência profissional de cada um deles e apresentar os objetivos e condições do trabalho de campo a ser realizado. Finalizadas as reuniões, foram selecionados 100 candidatos que passaram, então, ao treinamento. A seleção final deveria aguardar, ainda, o teste dos candidatos no campo, realizado após o treinamento.

Treinamento dos recenseadores

O treinamento dos entrevistadores foi dividido em duas fases. A primeira delas consistiu em um conjunto de seminários sobre moradores de rua realizados por pesquisadores da área,

técnicos da Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e integrantes de instituições que trabalham com a população. Os seminários tinham como objetivo apresentar e discutir com os futuros recenseadores as questões mais relevantes para o trabalho: definição de morador de rua, seus hábitos, linguagem, códigos de conduta, as peculiaridades das condições de rua das crianças e adolescentes, formas de abordá-los e condições de segurança dos entrevistados. A diversidade dos palestrantes procurou garantir uma visão pluralista da população moradora de rua, enfocada sob diferentes ângulos.

A segunda fase destinou-se ao treino específico com o instrumento de coleta de informações e procedimentos a serem seguidos no campo. Ao término desta segunda etapa, os candidatos foram testados em campo e selecionada a equipe definitiva, que contou com 90 recenseadores.

Os supervisores de campo foram selecionados entre pesquisadores com extensa experiência comprovada em trabalho de campo na área social, mediante análise de currículo e entrevistas pessoais.

Formação das equipes

As equipes de campo eram compostas por 10 entrevistadores, agrupados em cinco duplas e um supervisor de campo. O supervisor acompanhava diretamente o trabalho de campo e se comunicava com seus recenseadores por telefone celular. O controle dos roteiros, a inclusão de novos pontos, eventuais ocorrências de campo estavam sob seu controle e responsabilidade, bem como o contato com a equipe de planejamento que acompanhava o trabalho do escritório.

As equipes de campo incluíram também ex - moradores de rua e integrantes de instituições que trabalham com esta população, denominados “facilitadores do trabalho de campo” Acompanharam as equipes recenseadoras durante o levantamento, fornecendo informações quanto aos pontos de concentração da população, códigos de conduta, pontos de pernoite e outros dados relevantes, sem participar, contudo, da coleta dos dados.

As equipes eram acompanhadas por seguranças profissionais¹⁰ e por veículos.

10 A segurança das equipes de campo poderia ter sido realizada pela Guarda Metropolitana, uma vez que se tratava de trabalho realizado para uma secretaria municipal. Julgou-se, porém, que sua presença poderia causar eventuais receios e retração dos moradores de rua.

Os instrumentos de coleta das informações

Foram utilizadas duas fichas para coleta das informações. A primeira continha as questões para identificação dos moradores de rua e era aplicada a todas as pessoas encontradas nas áreas que apresentavam alguma probabilidade de pertencer a esta população. Confirmada a inclusão na população, os dados pessoais eram registrados na mesma ficha.

A segunda ficha registrava o endereço exato do local onde o morador de rua era abordado, passando a ser denominado “ponto”, bem como o tipo predominante de ocupação do solo: atividades comerciais, industriais, residenciais ou mistas.

Coleta das informações

O trabalho de campo tinha início às 22 horas, estendendo-se até o término do último roteiro, exclusive às sextas-feiras, os finais de semana e os dias de chuva. Isto porque, nos finais de semana aumenta significativamente o fluxo de pessoas de baixa renda no período noturno em algumas áreas da cidade, crescendo as dificuldades de identificação dos moradores de rua. As noites de chuva, por outro lado, tornam os moradores de rua menos visíveis.

O trabalho de campo foi realizado em 9 noites, entre os dias 09 e 28 de fevereiro de 2.000.

Avaliação da cobertura do censo

Para avaliar a qualidade dos resultados obtidos foram planejadas recontagens da população em alguns dos roteiros percorridos, com o objetivo de aferir a taxa de sub ou sobreenumeração do censo. Apesar da reconhecida relevância deste procedimento, optou-se por não efetuar as recontagens. As chuvas que caíram na cidade estenderam o período de recenseamento, fazendo com que as noites reservadas para as recontagens, a serem realizadas para após o término do trabalho de campo, ficassem muito próximas ao período do carnaval. De acordo com informações dadas pelas entidades que assistem aos moradores de rua, a presença dessa população nas ruas da cidade se altera sensivelmente durante o período carnavalesco. Os dados obtidos na recontagem, desta forma, não seriam confiáveis.

4 Os dados censitários

4.1 Distribuição Espacial da População

Foram recenseados 8.706 moradores de rua. Destes, 5.013 foram encontrados nos logradouros da cidade e 3.693 encontravam-se nos albergues. Não foram encontrados moradores de rua em 7 dos distritos municipais¹¹ e um dos distritos não foi recenseado por não se dispor de informações *a priori* quanto à presença de moradores de rua.¹²

A agregação dos distritos municipais em regiões revelou forte concentração da população na região Central e, com menor intensidade, na região Leste. Ao se considerar apenas os moradores de rua encontrados nos logradouros, a maior concentração se dá, novamente, na região Central, seguida agora pela região Oeste. Os albergues se situam, quase que exclusivamente nas regiões Centro e Leste da cidade.

Tabela 1
Distribuição da População Moradora de Rua por Região

Região	Número de moradores		
	Logradouros	Albergues	Total
Norte	288	230	518
Oeste	758	88	846
Centro	2810	1866	4676
Leste	554	1313	1867
Sul	599	196	795
Sem informação	4		4
Total	5013	3.693	8706

Pouco mais de 80% da população recenseada nos logradouros foi encontrada em 22 dos 96 distritos da cidade, com a Sé, República, Santa Cecília, Brás, Consolação e Jardim Paulista, concentrando, aproximadamente, 50% do total.

11 Cidade Líder, Jardim Ângela, Parelheiros, Pedreira, Tremembé, Vila Andrade e Vila Curuçá.

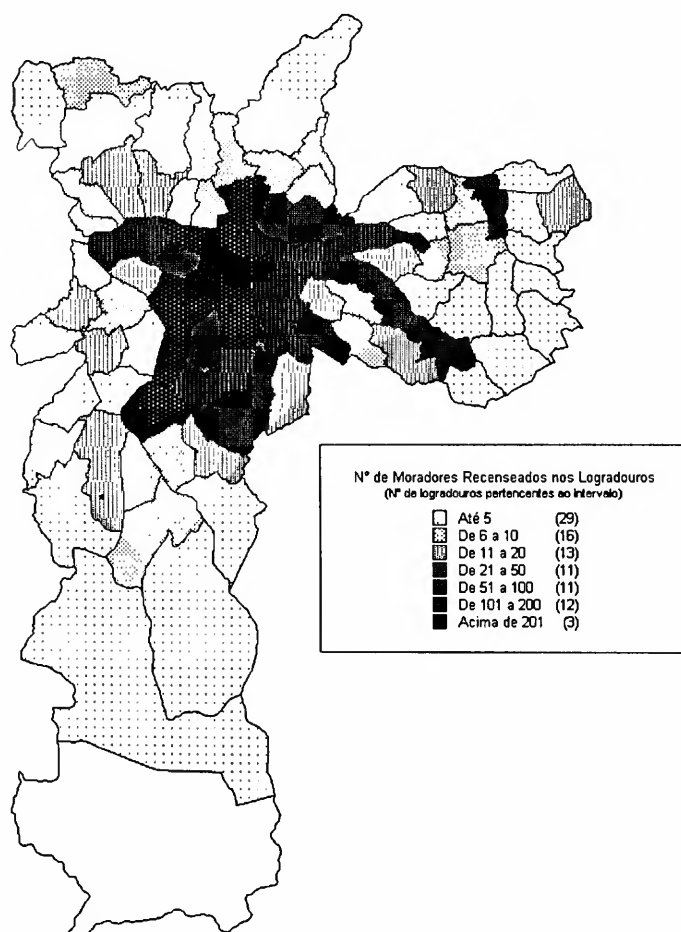
12 Engenheiro Marsilac, situado no extremo sul do município de São Paulo.

Tabela 2
Distribuição dos Distritos Municipais pelo Número de Moradores de Rua Pernoitando nos Logradouros

Moradores de Rua	Número de Distritos
Até 5	29
De 6 a 10	16
De 11 a 20	13
De 21 a 50	11
De 51 a 100	11
De 101 a 200	12
Mais de 200	3
Total	95

A Figura 1 apresenta a distribuição dos distritos municipais pelo número de moradores de rua encontrados nos logradouros da cidade. A distribuição dos 96 distritos municipais pelo número de moradores pernoitando nos logradouros e nos albergues encontra-se no Anexo II.

Figura 1
Distribuição dos Distritos Municipais da Cidade de São Paulo pelo Número de Moradores de Rua Encontrados nos Logradouros



4.2 Características Demográficas

A grande maioria da população moradora de rua é masculina, repetindo em São Paulo a predominância de homens já verificada nas áreas urbanas dos Estados Unidos (Sommer, 2000), Tóquio (Marr, 2000) e Paris (Marpsat, 1999).

Tabela 3
Distribuição da População Moradora de Rua por Sexo

Sexo	Situação		Total
	Logradouro	Albergues	
Masculino	4060	3218	7278
Feminino	909	372	1281
Sem informação	44	103	147
Total	5013	3693	8706

Os dados do censo revelaram a presença de crianças, adolescentes e idosos pernoitando nas ruas e nos albergues. A idade média dos albergados é 41 anos e 38 entre aqueles recenseados nas ruas. O elevado número de casos sem informação foi resultado, na maioria das vezes, da recusa ou impossibilidade de obter a informação. A Tabela 4 apresenta a distribuição dos moradores de rua por sexo e idade.

Tabela 4
Distribuição da População de Moradores de Rua por Sexo e Idade

Idade	Albergues			Logradouros			Total
	Mulheres	Homens	Sem Inf.	Mulheres	Homens	Sem Inf.	
0 a 3	15	17		19	23	1	75
4 a 6	10	7		7	10		34
7 a 14	25	31	1	42	136		235
15 a 17	7	10	1	49	98		165
18 a 25	31	248		118	333	2	732
26 a 40	120	1.221	4	236	1.285	2	2.868
41 a 55	83	1.143	2	162	1.105	4	2.499
56 ou +	65	463	3	60	344	1	936
Sem Inf.	16	78	92	216	726	34	1.162
TOTAL	372	3.218	103	909	4.060	44	8.706

Quanto à cor, os resultados obtidos, por local de pernoite, podem ser observados na Tabela 5.

Tabela 5
Distribuição da População Moradora de Rua por Sexo e Cor

Cor	Situação		Total
	Logradouro	Albergue	
Branca	1703	1697	3400
Parda	1482	1087	2569
Negra	1494	714	2208
Amarela	19	28	47
Outra	7	3	10
Sem informação	308	164	472
Total	5013	3693	8706

4.3 Os pontos de recenseamento

Os 5.013 moradores de rua encontrados nos logradouros foram entrevistados em 2.384 pontos, indicando a ocorrência de locais com mais de um morador. A Tabela 6 apresenta a distribuição do número de moradores por ponto de recenseamento. O número de pontos não equivale, inteiramente, a pontos de pernoite, pois foram recenseados moradores de rua em trânsito pelas ruas da cidade.

Tabela 6
Número de Moradores de Rua por Ponto de Recenseamento

Número de moradores	Número de pontos	%
1	1525	63,9
2	382	16,1
3	176	7,4
4 a 10	255	10,7
11 ou mais	46	1,9
Total	2384	100

Como mostra a Tabela 7, a ocorrência de pontos em áreas predominantemente residenciais é pequena, comparativamente a áreas comerciais ou mistas. Estas últimas, combinando áreas comerciais e/ou industriais e/ou residenciais.

Tabela 7
Característica da Área do Ponto de Recenseamento

Característica	Número de pontos	%
Comercial	1179	49,4
Residencial	188	7,8
Mista	865	36,2
Outra	102	4,2
Não especificada	50	2,1
Total	2384	100

5 Comentários finais

O primeiro censo, em 2000, não foi a única quantificação dos moradores de rua da cidade de São Paulo realizada na década de 90. Anteriormente ao censo, quatro pesquisas foram feitas, todas elas tendo como objetivo estimar a magnitude desta população.

Em 1991 foi realizado pela Secretaria da Família e Bem-Estar Social do Município de São Paulo o levantamento do número de moradores de rua da área central da cidade.¹³ Com metodologia rigorosa, estimou a população dormindo nos logradouros da região central em 3.392 pessoas. Os três levantamentos seguintes, também sob a responsabilidade da Secretaria do Bem Estar, foram *windshield surveys*.¹⁴ Assim, em 1994 (FABES, 1994), 1996 (FABES, 1996) e 1998 (FABES, 1998), equipes da Secretaria da Família e Bem-Estar Social,¹⁵ em veículos, percorreram os logradouros da cidade e contaram, sem abordagem, os moradores de rua visíveis ao longo dos percursos; foram contadas, também, as pessoas pernoitando nos albergues. O número total de moradores de rua em 1994 foi de 4.549 pessoas, passando para 5.334 em 1996 e 6.453 em 1998.

Os números anteriores ao censo, pela diversidade das metodologias utilizadas, não são comparáveis. Desta forma, nenhuma avaliação precisa das possíveis variações no tamanho da

13 A área do levantamento compreendeu as Administrações Regionais da Sé, Pinheiros, Lapa e apenas parte das Administrações Regionais da Mooca, Vila Mariana, Ipiranga, Penha e Santana. Cada uma das Administrações Regionais era formada por vários distritos municipais. Em 2000 a Secretaria da Família e Bem-Estar Social passou à denominação de Secretaria de Assistência Social.

14 Literalmente, “levantamentos feitos pelo pára-brisa”

15 Denominação anterior da Secretaria de Assistência Social, S.A.S.

população ao longo da década pode ser feita. Apesar desta impossibilidade, os resultados anteriores revelam a mesma ordem de grandeza dos dados do censo, cujo maior número pode ser devido a uma mais exigente metodologia do levantamento das informações.

O número de moradores de rua obtido em outras grandes cidades, como Nova York, Osaka, Tóquio e Paris, revela ordem de grandeza bastante próxima à de São Paulo, embora também aqui as comparações tornem-se difíceis pelas mesmas razões: diferentes metodologias e definição da população não coincidente em todos os levantamentos.¹⁶

Em Nova York, o primeiro censo da população de rua americano, realizado em 1990, resultou em 10.447 pessoas recenseadas, numa relação de 1,42 moradores de rua para cada 1.000 habitantes. A prefeitura de Osaka, em 1998, encontrou 8.660 moradores de rua, correspondendo a 0,98 morador de rua para cada 1.000 habitantes. Para São Paulo há, para cada 1.000 dos seus habitantes, 0,83 morador de rua.¹⁷

As dificuldades envolvidas na quantificação dos moradores de rua são conhecidas pelos pesquisadores e agências governamentais por ela responsáveis. A literatura sobre o tema vem se ampliando nos últimos anos, acompanhando o crescimento das quantificações realizadas em algumas das grandes cidades dos Estados Unidos e Europa. Comum a esta literatura é o reconhecimento de que a quantificação desta população apresenta algumas limitações insuperáveis e que a qualidade dos levantamentos deve ser avaliada pelos procedimentos adotados para que, apenas estas, permaneçam insuperáveis.

Os números obtidos para o censo de São Paulo não fogem à regra. Os moradores de rua “ocultos” (Wright, 1998), aqueles que, por vontade própria, se escondem e evitam contatos com desconhecidos não foram, certamente, incluídos no censo. Da mesma forma, moradores de rua que, na noite do recenseamento, encontravam-se pernoitando em casas de parentes, amigos ou pensões não foram também recenseados. Estas subenumerações fazem parte das limitações que a natureza da população e o caráter pontual do censo ocasionam.

16 Todas elas incluem as pessoas pernoitando em locais públicos e utilizando os serviços sociais que lhes são ofertados. A diferença é a diversidade e a cobertura destes serviços.

17 A existência de favelas em São Paulo constitui um dos fatores responsáveis por um menor número de moradores de rua por mil habitantes, comparativamente a Tóquio e Nova York. Ao permitir a construção de “barracos” livres de qualquer custo monetário na sua utilização, as favelas atuam como um redutor do número de famílias desabrigadas. Os movimentos de ocupação de edifícios vazios, principalmente na área central da cidade, incluem moradores de rua entre seus participantes, atuando também como redutores.

A extensão do período de recenseamento, ocasionando possível dupla contagem ou subenumeração, entretanto, foi resultado do julgamento quanto ao *trade off* entre maior duração do trabalho de campo e recenseamento em uma única noite. Esta última alternativa exigiria uma equipe de campo de aproximadamente 1.000 recenseadores e, somando-se a ela ex-moradores de rua e integrantes das instituições de apoio a esta população, resultaria em um tamanho excessivo para manutenção do controle de qualidade. A opção feita privilegiou a constituição de uma equipe menor de entrevistadores com qualificação, treinamento e supervisão indispensáveis à realização de um levantamento censitário pioneiro. Dando suporte a esta decisão encontrava-se a hipótese de que o número de moradores de rua em cada um dos distritos censitários não se alteraria em um curto intervalo de tempo, formulada a partir das informações obtidas na etapa de planejamento. A cuidadosa definição dos distritos censitários expressou este entendimento e proporcionou a segurança necessária à decisão.

Referências bibliográficas

- Abreu, P. B.; Prates, J. Cruz. *Relatório de resultados da pesquisa sobre as condições sociais e de saúde mental de moradores de rua em Porto Alegre*. Porto Alegre: HC de Porto Alegre, PMPA, PUCRS e UFRGS, 1999. Mimeografado.
- CNIS - Conseil National de L'Information Statistique. *Pour une meilleure connaissance statistique des sans-abri et de l'exclusion du logement*. Relatório final. Paris, n. 9, Março de 1996.
- FABES. *Contagem da população de rua no município de São Paulo e perfil dos usuários de albergues municipais*. São Paulo: Secretaria da Família e Bem-Estar Social, Prefeitura do Município de São Paulo, 1998.
- _____ *Pesquisa sobre a população de rua no município de São Paulo, 1996*. São Paulo: Secretaria da Família e Bem-Estar Social, Prefeitura do Município de São Paulo, 1996.
- _____ *Síntese da contagem da população de rua*. São Paulo: Secretaria da Família e Bem-Estar Social, Prefeitura do Município de São Paulo, 1994.
- FIPE/SAS - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. *Perfil socioeconômico da população de moradores de rua na cidade de São Paulo*. São Paulo, 2000.
- Marpsat, M. *Les sans domicile à Paris et aux Etats-Unis*. Paris: INSEE, Données Sociales, 1999.
- Marr, M.; Valenzuela, Abel; Kawachi, Janete; Koike, Takao. *Day laboreres in Tokyo, Japan: preliminary findings from the San'ya day labor survey*. UCLA Center for the Study of Urban Poverty, 2000.

Secretaria Municipal de Planejamento de Belo Horizonte. *Iº Censo de população de rua de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 1998.

Snow, D.; Shockey, James. *Report on Tucson's homeless population, 1997-1998*. University of Arizona, Department of Sociology. Mimeografado.

Sommer, H. *Homelessness in urban America: a review of the literature*. Berkeley: Institute of Governmental Studies Press, University of California, 2000.

Vieira, M. A. C., Bezerra, Eneida; Rosa, Cleísa M. Moreno. *População de rua: quem é, como vive, como é vista*. São Paulo, Hucitec, 1992.

Wright, J., Rubin, Beth; Devine, Joel A. *Beside the golden door: policy, politics, and the homeless*. New York, Aldine Gruyter, 1998.

Anexo I

Relação dos Distritos Municipais por Distrito Censitário

- Distrito I:** Região Norte e Noroeste: Jaguará, São Domingos, Pirituba, Jaraguá, Perus, Brasilândia, Freguesia do Ó, Limão, Cachoeirinha Casa Verde, Mandaqui, Santana, Tremembé, Tucuruvi, V. Guilherme, Jaçanã, Vila Medeiros, Vila Maria, Lapa, Vila Leopoldina.
- Distrito II:** Região Sul e Sudoeste/1. Jaguaré, Rio Pequeno, Butantã, Raposo Tavares, Vila Sônia, Morumbi, Campo Limpo, Vila Andrade, Capão Redondo, Jardim São Luís, Jardim Ângela, Itaim Bibi, Santo Amaro, Campo Grande, Cidade Ademar, Pedreira, Socorro, Cidade Dutra, Grajaú, Parelheiros.
- Distrito III:** Região Sul e Sudoeste/2: Alto de Pinheiros, Pinheiros, Jardim Paulista, Moema, Campo Belo, Saúde, Vila Mariana, Jabaquara.
- Distrito IV:** Região Sudeste: Ipiranga, Cursino, Sacomã, Tatuapé, Vila Prudente, Carrão, Vila Formosa, Ponte Rasa, Aricanduva, Sapopemba, São Mateus, Iguatemi, São Rafael.
- Distrito V:** Anel Externo ao Centro. Inclui os distritos: Perdizes, Barra Funda, Belém, Mooca
- Distrito VI:** Centro: República e Sé
- Distrito VII:** Área Central/1. Santa Cecília, Consolação, Brás, Bom Retiro.
- Distrito VIII:** Área Central/2: Pari, Liberdade, Bela Vista, Cambuci.
- Distrito IX:** Região Leste: Tatuapé, Penha, Artur Alvim, Ponte Rasa, Vila Matilde, Cangaíba, Ermelino Matarazzo, Vila Jacuí, São Miguel Paulista, Itaquera, Vila Curuçá, Itaim Paulista, Jardim Helena, Lajeado, Guaianazes, Cidade Tiradentes, Parque do Carmo, José Bonifácio, Cidade Líder.

Anexo II
Número de Moradores de Rua por Distrito Municipal

Distrito	Situação		Total
	Logradouro	Albergue	
ÁGUA RASA	18		18
ALTO DE PINHEIROS	16		16
ANHANGUERA	1		1
ARICANDUVA	22		22
ARTUR ALVIM	7		7
BARRA FUNDA	101		101
BELA VISTA	138	14	152
BELÉM	80		80
BOM RETIRO	151	6	157
BRÁS	180	791	971
BRASILÂNDIA	5		5
BUTANTÃ	10		10
CACHOEIRINHA	1		1
CAMBUCI	74		74
CAMPO BELO	65		65
CAMPO GRANDE	10		10
CAMPO LIMPO	1		1
CANGAÍBA	2		2
CAPÃO REDONDO	5		5
CARRÃO	44		44
CASA VERDE	9		9
CIDADE ADEMAR	19		19
CIDADE DUTRA	6		6
CIDADE TIRADENTES	2		2
CONSOLACAO	167		167
CURSINO	24		24
ERMELINO MATARAZZO	15		15
FREGUESIA DO Ó	19		19
GRAJAÚ	5		5
GUAIANASES	5		5
IGUATEMI	4		4
IPIRANGA	63		63
ITAIM BIBI	109		109
ITAIM PAULISTA	12		12
ITAQUERA	9		9

(continua)

Anexo II
Número de Moradores de Rua por Distrito Municipal
(continuação)

Distrito	Situação		Total
	Logradouro	Albergue	
JABAQUARA	41	74	115
JAÇANÃ	9		9
JAGUARA	3		3
JAGUARÉ	5		5
JARAGUÁ	3		3
JARDIM HELENA	1		1
JARDIM PAULISTA	161	15	176
JARDIM SAO LUÍS	15		15
JOSE BONIFÁCIO	1		1
LAJEADO	2		2
LAPA	65		65
LIBERDADE	109	627	736
LIMÃO	2		2
MANDAQUI	9		9
MOEMA	38		38
MOOCA	61	1000	1061
MORUMBI	1		1
PARI	69	249	318
PARQUE DO CARMO	1		1
PENHA	58	53	111
PERDIZES	47		47
PERUS	8		8
PINHEIROS	129	73	202
PIRITUBA	13		13
PONTE RASA	4		4
RAPOSO TAVARES	3		3
REPÚBLICA	715	81	796
RIO PEQUENO	11		11
SACOMÃ	13		13
SANTA CECÍLIA	434	51	485
SANTANA	124	230	354
SANTO AMARO	132	122	254
SÃO DOMINGOS	10		10
SÃO LUCAS	10		10
SÃO MATEUS	21		21

(continua)

Anexo II
Número de Moradores de Rua por Distrito Municipal
(continuação)

Distrito	Situação		Total
	Logradouro	Albergue	
SAO MIGUEL	22		22
SAO RAFAEL	3		3
SAPOPEMBA	11		11
SAÚDE	51		51
SÉ	773	47	820
SOCORRO	6		6
TATUAPÉ	68	260	328
TUCURUVI	8		8
VILA FORMOSA	6		6
VILA GUILHERME	21		21
VILA JACUÍ	6		6
VILA LEOPOLDINA	86		86
VILA MARIA	37		37
VILA MARIANA	105		105
VILA MATILDE	13		13
VILA MEDEIROS	6		6
VILA PRUDENTE	46		46
VILA SÔNIA	14		14
SEM INFORMAÇÃO	4		4
Total	5013	3693	8706

